



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640151 - SP (2021/0013439-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : RENAN BORTOLETTO
ADVOGADO : RENAN BORTOLETTO - SP314534
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO CREMA DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : JULIO CESAR ANDRADE DE SOUZA
CORRÉU : DANIEL PERALTA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO CREMA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000946-26.2017.8.26.0535).

O paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado.

Sustenta que, ao negar provimento ao apelo defensivo, o acórdão incorreu em ilegalidade ao reconhecer a reincidência do paciente com base em registro criminal com trânsito em julgado posterior à data dos fatos.

Requer, liminarmente, o afastamento da agravante da reincidência. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência